

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 12 de dezembro de 2023 às 07h48
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Em cinco anos, patentes concedidas a mulheres crescem 50% 3
NOTÍCIAS

IstoÉ Online | BR

Marco regulatório | INPI

INPI lança projeto de memória com acesso a patentes históricas 5
ÚLTIMAS | AGÊNCIA BRASIL

IstoÉ Dinheiro Online | BR

Patentes

5G: Ericsson aposta em patentes para promover inovação 7
AUTOR | ISTOEDINHEIRO.COM.BR

Congresso em Foco | BR

10 de dezembro de 2023 | Direitos Autorais

GOVERNO BUSCA PROJETO EQUILIBRADO PARA REMUNERAÇÃO AO JORNALISMO 10

Agência Câmara | BR

Propriedade Industrial

Transferências especiais devem chegar a R\$ 8 bilhões no Orçamento de 2024 - Notícias 11
COMISSÕES | FAVOR

Migalhas | BR

Direitos Autorais

MIGALHAS nº 5.744 12

MSN Notícias | BR

Direitos Autorais

Europa fecha acordo histórico para regulamentação da IA 19
FOO YUN CHEE

Em cinco anos, patentes concedidas a mulheres crescem 50%

NOTÍCIAS



O número absoluto de **patentes** concedidas a invenções de mulheres no Brasil teve um aumento de 56% nos últimos cinco anos, passando de 107 em 2017 para 167 **patentes** em 2022. Além disso, as **patentes** concedidas a grupos mistos, onde consta pelo menos uma mulher inventora, quase quadruplicou no mesmo período, de 160 para 630 **patentes**. É o que mostra a pesquisa Mulheres inventoras na América Latina: Construindo o futuro, que elabora uma retrospectiva sobre o cenário de participação feminina nas **patentes** concedidas entre os anos de 2017 e 2022 no Brasil, Chile, Colômbia e México.

Foto: Divulgação / DINO

Por outro lado, em números proporcionais no Brasil, houve uma leve queda de 1,4% nas patentes que possuem somente mulheres como inventoras na comparação dos últimos cinco anos, quando o país saltou de 1.482 patentes concedidas em 2017 para 2.892 em 2022. Já a proporção de patentes concedidas a grupos mistos de inventores mais do que dobrou no mesmo período, saindo de 10,8% para 21,8%.

Realizada pela Aliança Global de Propriedade Intelectual (GLIPA, na sigla em inglês), a pesquisa teve como objetivo identificar o número de **patentes** concedidas em que mulheres residentes desses países aparecem como inventoras. Os resultados brasileiros foram elaborados a partir de dados levantados pelo escritório Licks Attorneys, que lançará oficialmente

abpi.empauta.com

o estudo por meio de um evento em seu escritório do Rio de Janeiro, na próxima quinta-feira (14).

"O crescimento substancial no número de **patentes** concedidas a grupos com participação feminina é um sinal do avanço das mulheres na inovação. Esta evolução destaca a importância de espaços inclusivos que valorizem e promovam a participação feminina, algo essencial para o progresso e a diversificação na área da **propriedade** intelectual", afirma Liliane Roriz, Desembargadora Federal aposentada e sócia do Licks Attorneys.

A pesquisa representa um esforço da sociedade civil para contribuir com o trabalho realizado pela **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), que estima que a paridade de gênero no patenteamento será alcançada somente em 2061. Entretanto, quando o assunto é América Latina, a expectativa é ainda mais distante, prevista para 2068.

"Para consolidar e ampliar esse progresso, é crucial implementar mais políticas afirmativas e realizar um trabalho de base sólido, fomentando e incentivando a formação de meninas desde cedo. É preciso mostrar que elas têm o potencial para se destacar em qualquer área de conhecimento e que elas saibam o quanto suas contribuições são valiosas e necessárias em todos os campos do saber", avalia Gislaine Zulli, especialista de patentes do Licks Attorneys.

Licks Attorneys celebra as mulheres inventoras em evento no Rio de Janeiro

Com o intuito de celebrar as mulheres inventoras de patentes, o Licks Attorneys lançará a pesquisa oficialmente no Brasil em um evento realizado em seu escritório no Rio de Janeiro, na próxima quinta-feira (14). Com transmissão on-line e tradução simultânea, o encontro será dividido em quatro pai-

néis.

O primeiro destina-se a destacar as inventoras, apresentando algumas das mulheres mais proeminentes com pedidos e **patentes** depositados no Instituto Nacional da **Propriedade** Industrial (**INPI**). O segundo jogará luz sobre as agências de **Propriedade** Intelectual (PI), com representantes do **INPI** e da OMPI. O terceiro contará com mulheres líderes em grupos de **patentes** dentro da indústria, e o último terá a participação de executivos da GLIPA, a fim de

Continuação: Em cinco anos, patentes concedidas a mulheres crescem 50%

promover a pesquisa.

Para participar do evento, os interessados podem acessar: www.lickslegal.com/mulheres-patentes-2023

Website: <http://www.lickslegal.com/mulheres-patentes-2023>

INPI lança projeto de memória com acesso a patentes históricas

ÚLTIMAS

Agência Brasília Agência Brasil https://istoe.com.br/autor/agencia-brasil/ 11/12/2023 - 16:54 Para compartilhar:

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) completou, nesta segunda-feira (11), 53 anos de fundação, com o lançamento do projeto Memória da Propriedade Industrial - Patentes Históricas, para recuperação e preservação do acervo histórico de patentes do Brasil.

Cerca de 3,2 mil documentos, referentes ao período de 1895 a 1929, foram tratados, digitalizados, indexados e disponibilizados em um banco de dados franqueado ao público. Foi lançado também o e-book (livro digital) As invenções no Brasil contadas a partir de documentos históricos de **patentes**, que pode ser acessado aqui.

Notícias relacionadas:

Em entrevista à Agência Brasil, a pesquisadora em Propriedade Industrial do **INPI**, Flávia Romano Villa Verde, chefe da Divisão de Documentação Patentária do órgão, informou que o acervo, objeto do estudo, não é originário do Instituto. Parte dele está no Arquivo Nacional.

"Esses documentos não tinham sido inventariados nem tratados. Houve uma doação e a gente selecionou um grupo de documentos que tinha bastante relevância histórica, que são cartas patentes assinadas pelos presidentes da República do Brasil da época. Dos 13 presidentes da chamada República velha, nós temos assinatura de 11, desde o primeiro presidente civil". Naquela época, as cartas patentes eram assinadas pela autoridade máxima do país e pelo ministro da área. O **INPI** só foi criado em 1970.

Foram localizadas no acervo patentes, por exemplo,

do engenheiro e empresário norte-americano Henry Ford, cuja linha de montagem revolucionou a indústria automobilística no processo de produção chamado fordista, que envolvia divisão de tarefas, produção em massa e padronização, o que resultava em redução de tempo e custos.

Há também patentes do soro antiofídico, desenvolvido pelo médico mineiro, imunologista e pesquisador de renome internacional Vital Brazil, e de um ácido orgânico destinado ao tratamento de moléstias parasitárias, do pesquisador brasileiro e professor do Instituto Oswaldo Cruz, Astrogildo Machado.

Mulheres inventoras

Fora da área da saúde, há patentes de um aparelho aperfeiçoado para facilitar o ensino de natação; um aparelho flutuante chamado hidro-patins; uma máquina de votar; um cofre flutuante destinado a salvar automaticamente valores transportados em navios, entre outras curiosidades. O capítulo 7 é dedicado às 19 patentes concedidas para mulheres inventoras, cuja origem inclui países como Brasil, Estados Unidos, França, Bélgica, Alemanha e Portugal, entre outros.

Uma dessas inventoras é a princesa inglesa Anne de Löwenstein-Wertheim, que patentou, em 1909, um "aperfeiçoamento para macas, liteiras, camas canapés, fauteuils e outros aparelhos" que, na verdade, era uma espécie de "cama anti enjoo" para embarcações.

A aristocrata portuguesa Hilda de Almeida Brandão Rodrigues Miranda, proprietária da Fábrica de Tapetes Beiriz, em Portugal, que passou parte de sua vida no Brasil, obteve a concessão, no país, do seu invento "processo manual de fabricação de tapetes, passadeiras, cortinas e almofadas", em 1922, pelo en-

tão presidente da República Epitácio Pessoa.

A lista inclui também inventoras brasileiras, como Aida Braga Ubatuba (patente nº 13.083, concedida em 1922, para um aparelho destinado a reter e separar as gorduras dos despejos domésticos, evitando a obstrução dos coletores, denominado Yara; Catharina Mendes Cordeiro (patente nº 10.500, concedida em 1919, para um indicador automático destinado a servir nos carros de estradas de ferro e bondes, para indicar as estações e ruas, em co-titularidade com Antônio do Amaral Campos.

Outras patentes foram concedidas a Haydea Ramos Gusmão, em 1914, para um novo preparado, denominado Água Ideal, destinado a alvejar, desinfetar e perfumar roupas e, também para lavagem de pavimentos, vasilhames e semelhantes; e, em 1916, para Davina França Ferreira, para um aparelho para descarga automática ou provocada de um líquido desinfetante de uma caixa de lavagem de latrinas ou semelhantes.

Tratamento arquivístico

Continuação: INPI lança projeto de memória com acesso a patentes históricas

Segundo Flávia, que muitos desses documentos não estavam disponíveis para manuseio. "Ninguém acessava, porque esses documentos são muito frágeis. Com a doação, o **INPI** conseguiu inventariar e disponibilizar a imagem e a gente fez todo o tratamento arquivístico também". Isso permitiu sua disponibilização no banco de dados, para que qualquer pessoa possa acessar. Os pedidos de patentes estão com a grafia original da época e, também, seguindo a ortografia atual.

A ideia do **INPI** é dar seguimento ao projeto, incluindo documentos com data anterior à fundação do Instituto, para inclusão nesse banco de dados. Para isso será montado um grupo de trabalho que vai disponibilizar os pedidos de patentes anteriores a 1971, os chamados pedidos de privilégio ou termo que, quando concedidos, recebiam uma numeração diferente, relativa à patente.

Siga a IstoÉ no Google News e receba alertas sobre as principais notícias

5G: Ericsson aposta em patentes para promover inovação



Victória Ribeiro - Editora 3i Victória Ribeiro - Editora
3 https://istoedinheiro.com.br/autor/victoria-ribeiro-editora-3/ 11/12/2023 - 23:23 Para compartilhar:
Copie a URL: Copiar

Por Victória Ribeiro

Com uma trajetória de 147 anos e um portfólio que passa pelo desenvolvimento de celulares icônicos dos anos 2000 como o T36 e o Walkman W800i, os primeiros com tecnologia bluetooth, a companhia sueca Erion está hoje no epicentro de uma tendência onde tudo que pode ser sem fio será sem fio através do pioneirismo da tecnologia 5G. Apesar dos desafios geopolíticos e da desaceleração macroeconômica em alguns mercados, as assinaturas da rede móvel de quinta geração, ideal para o desenvolvimento de outras tecnologias como internet das coisas (IoT) e inteligência artificial generativa, estão aumentando globalmente.

A previsão é que cheguem a 1,6 bilhão até o final de 2023, segundo a última edição do Mobility Report da Erion. Como resposta a esse fluxo, a empresa proeminente na indústria de telecomunicações e responsável também pela criação das redes de segunda à quarta gerações, está focada em ampliar debates e solidificar a base legal para fortalecer a **propriedade** intelectual. "Discutir **patentes** é discutir inovação", afirmou Robert Earle, vice-presidente de Afirmação

abpi.empauta.com

e Aplicação de **Patentes** da Erion.

De acordo com o executivo, que faz parte do time da companhia sueca há nove anos, a proteção e o fortalecimento dos direitos de **propriedade** intelectual impulsionam o desenvolvimento de novos negócios. "É mais provável que empresas iniciem novos projetos e produtos quando acreditam que suas criações serão protegidas", disse Earle.

Além disso, ele afirma que o valor proveniente da concessão colabora com um movimento cíclico ao ser investido em inovação adicional. Com base nisso, a Erion tem estabelecido parcerias estratégicas e lucrativas ao longo do caminho. Em agosto deste ano, a empresa anunciou a renovação do acordo de licenciamento cruzado global de patentes com a gigante chinesa Huawei.

Robert Earle, VP da Erion

"Falar sobre **patentes** e **propriedade** intelectual é o mesmo que falar sobre inovação."

Robert Earle, VP da Erion

O acordo, que cobre **patentes** essenciais em produtos de infraestrutura de rede e aparelhos de consumo, incluindo redes móveis de terceira, quarta e quinta gerações, representa mais um passo rumo à padronização de tecnologias em telecomunicações e aumenta as expectativas financeiras da empresa sueca, que espera alcançar receita de US\$ 1 bilhão através de licenciamentos até o final de 2023. "Estamos confiantes de que as receitas relacionadas ao nosso portfólio de **patentes** essenciais continuarão a crescer", afirmou.

BRIGAS & ACORDOS

Com mais de 60 mil patentes concedidas ao longo do

tempo, a história da Erion inclui licenciamentos firmados com outros grandes players, como Apple e Samsung. A parceria com a companhia americana aconteceu, diga-se de passagem, após longa batalha judicial.

Enquanto a dona do iPhone afirmava que a empresa sueca queria intimidá-la a renovar acordos, a antiga Sony Erion dizia que a multinacional norte-americana utilizava sua tecnologia sem permissão.

Para Earle, a principal dificuldade, quando se trata dos licenciamentos, são as relutâncias sobre o pagamento de taxas. "O usuário não licenciado obtém vantagem comercial sobre seus concorrentes, uma vez que consegue atuar com custos mais baixos devido aos não pagamentos", disse o executivo.

Após anos de tentativas de negociação com empresas que atrasam as tratativas, a única solução, na maioria das vezes, é o litígio. Na opinião de Earle, para equilibrar essa questão, o envolvimento jurídico é necessário.

E nesse caso, o Brasil marca ponto. "O sistema legal brasileiro utiliza liminares ou pagamentos provisórios para desincentivar o ilícito lucrativo. Muitas vezes, esses remédios legais funcionam para possibilitar negociações comerciais concretas e resolver disputas", disse o executivo.

Mas sempre há surpresas desagradáveis pelo caminho. Um exemplo é o aumento na pressão por mudanças regulatórias por parte, segundo ele, de empresas automobilísticas e de tecnologia europeias e americanas. "Tem muito lobby envolvido", afirmou. "À primeira vista, as mudanças propostas podem ser percebidas como benefícios, mas infelizmente essa percepção não corresponde à realidade."

Na opinião de Earle, a mecânica de implementação das mudanças regulatórias propostas muitas vezes é

complexa, inviável e claramente disruptiva para a indústria de telecomunicações.

A melhor forma de evitar o uso indevido de pressões regulatórias, segundo ele, é garantir que todas as partes interessadas tenham voz antes que uma decisão seja tomada. "Decisões baseadas em consenso costumam ser as melhores. É importante nos questionarmos sobre o que motiva alguém a querer consertar algo que não está quebrado", disse Earle.

6G: o mundo cyberfísico de 2030

Enquanto o 5G se enquadra como um dos assuntos do momento, principalmente pela possibilidade de interconectividade de alta performance com IA generativa, IoT, computação de borda (edge computing) e outras aplicações, o 6G já vem sendo desenvolvido pela Erion.

Com velocidade dezenas de vezes superior à tecnologia 5G, a estimativa é que a nova tecnologia chegue ao público por volta de 2030 para viabilizar possibilidades existentes apenas na ficção científica (até agora), como a internet dos sentidos, os esportes imersivos e a comunicação por hologramas.

Mesmo que a rede móvel de quinta geração ainda esteja distante de uma aplicabilidade total no Brasil, o País teve participação significativa em uma das novidades recentemente anunciadas pela Erion.

A sueca patenteou uma solução de autorreparo para antenas de telecomunicações que deve ser usada com as futuras redes 6G. A self-healing, como a tecnologia é chamada, foi desenvolvida pela unidade da fornecedora no Brasil, com apoio de estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA), e tem a capacidade de unir até milhares de microantenas maleáveis por meio de uma fita adesiva.

Para o vice-presidente de Afirmação e Aplicação de **Patentes** da Erion, Robert Earle, o desenvolvimento da tecnologia de sexta geração implica em uma ne-

Continuação: 5G: Ericsson aposta em patentes para promover inovação

cessidade ainda maior de se discutir o licenciamento de **patentes**.

"As receitas provenientes da concessão de licenças para o uso de **propriedade** intelectual são utilizadas para reinvestir em inovação adicional. Por exemplo, mesmo que o 5G esteja em evidência, a Erion já está desenvolvendo o 6G", disse o executivo. "Esse ciclo

contínuo de inovação também beneficia o consumidor, uma vez que incentiva as empresas a fornecer a tecnologia de ponta desejada pelo público".

Para compartilhar:

GOVERNO BUSCA PROJETO EQUILIBRADO PARA REMUNERAÇÃO AO JORNALISMO

Tramitando na Câmara dos Deputados, o PL 2370/2019, que prevê a compensação financeira das plataformas digitais aos criadores de conteúdo pelo uso de seus **direitos** autorais, é um dos itens prioritários na agenda legislativa de curto e médio prazo do governo. Apesar do grau de prioridade, o texto precisa de mudanças para ser levado a plenário. A grande preocupação do governo está em como evitar a formação de monopólios midiáticos, em especial no contexto do jornalismo.

O PL 2370/2019 foi desmembrado do PL das Fake News, que também enfrenta dificuldades para avançar na Câmara, por se tratar de um tema consensual quanto ao mérito. A maior parte dos parlamentares defende que produtores de conteúdo, tanto artístico quanto jornalístico, recebam recursos das big techs graças à receita gerada às plataformas. O secretário de Políticas Digitais da Presidência da República, João Brant, explica que o problema para que o texto siga adiante está na definição da forma como esses recursos serão distribuídos.

Nossa percepção é que o texto, na maneira como está, pode reproduzir uma lógica monopólica ou de concentração que a gente precisa enfrentar, relatou o secretário durante sua palestra no seminário Caminhos para um jornalismo sustentável, promovido pelo Congresso em Foco com apoio do Google. De acordo com ele, um dos pilares esperados pelo governo na construção do projeto é a ampliação da diversidade e do pluralismo midiático em seus efeitos.

Essa avaliação, conforme conta João Brant, não resulta em uma conclusão de descarte do relatório que tramita na Câmara, mas em reconhecer o avanço do texto que está ali, trazendo outros elementos para a

discussão pública. Nesse processo, o governo busca elaborar mecanismos de incentivo para que as empresas colaborem com o repasse de recursos aos produtores de conteúdo.

Brant também explica que esse tema recebe especial atenção do governo por ser um dos principais caminhos para garantir com que o jornalismo como um todo consiga se recuperar das dificuldades financeiras que atingiram e atingem o setor diante do avanço da comunicação digital. O governo tem uma missão nessa história que é buscar apoiar o fortalecimento e a sustentabilidade do jornalismo pelo significado e pelo impacto que ele tem na democracia, ressaltou.

O entendimento do governo é de que a defesa da liberdade de expressão não deve acontecer apenas no seu aspecto individual, mas também no aspecto coletivo, este representado pelo jornalismo. É a dimensão da sociedade estar bem informada para a sua tomada de decisões. Esta condição, esta realização dessa dimensão coletiva da liberdade de expressão depende de informações confiáveis disponíveis, acrescentou.

Esse debate não acontece apenas no Brasil, mas na própria comunidade internacional, chegando a haver diretrizes na própria Organização das Nações Unidas. Brant conta que o governo aproveita essa discussão mundial não apenas para absorver diferentes propostas, mas para observar seus efeitos em cada país. Essa análise constante, porém, não apenas ajudam na produção de insights, mas também destacam a complexidade do desafio em se encontrar mecanismos públicos e privados que garantam a sustentabilidade do jornalismo no século 21.

Transferências especiais devem chegar a R\$ 8 bilhões no Orçamento de 2024 - Notícias

COMISSÕES



Política e Administração Pública

Transferências especiais devem chegar a R\$ 8 bilhões no Orçamento de 2024

Esses recursos são destinados pelos parlamentares diretamente para o gestor municipal ou estadual

0

Comentários

11/12/2023 - 20:10

Pablo Valadares / Câmara dos Deputados

Senador Mecias de Jesus, relator da área de Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio

As emendas individuais do tipo "transferência especial" devem aumentar em R\$ 1 bilhão no Orçamento de 2024 (PLN 29/23), chegando a R\$ 8 bilhões. O dado consta do relatório setorial do senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) sobre a área de Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio.

Os parlamentares têm aumentado a destinação para este tipo de emenda porque ela é um repasse direto de

recursos para o gestor municipal ou estadual, tornando a ação mais rápida. Mas, a partir de sugestões do Tribunal de Contas da União, no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 (PLN 4/23), existem dispositivos que buscam aumentar o controle e a fiscalização sobre essas emendas.

A maior parte dos R\$ 3,2 trilhões de recursos da área relatada pelo senador Mecias de Jesus se refere ao refinanciamento da dívida pública, ou R\$ 2,5 trilhões. Outros R\$ 9,9 bilhões são previsões de investimentos de empresas estatais, principalmente Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Foram recebidas 978 emendas pelo relator, sendo que 968 emendas individuais, praticamente todas de transferências especiais. As 10 emendas coletivas, segundo o relator representavam R\$ 2 bilhões; mas foram atendidos apenas R\$ 53,9 milhões dados os limites colocados pelo relatório preliminar do Orçamento. O senador disse que priorizou, nas emendas de comissões, a ação de "Proteção dos Direitos de **Propriedade Industrial**, no Instituto Nacional da **Propriedade Industrial**".

A Comissão Mista de Orçamento deve votar nesta semana os 16 relatórios setoriais do Orçamento de 2024.

Reportagem - Silvia Mugnatto Edição - Geórgia Moraes

MIGALHAS nº 5.744

Segunda-Feira, 11 de dezembro de 2023 - Migalhas nº 5.744.

Fechamento às 07h31.

"A injustiça da natureza acostuma a gente aos seus golpes."

Machado de Assis

Erro judiciário

Em setembro de 2020, um jovem carioca foi detido, acusado de participar de um assalto na zona sul. Após um ano preso, o rapaz foi absolvido. Na última semana, no entanto, ele teve o pedido de indenização por danos morais negado. Ouçamos o que pensa disso o advogado que participou da soltura do jovem, José Carlos Abissamra Filho. Assista. ()

Fé pública

Câmara aprovou PL que inclui entre direitos dos advogados o reconhecimento de declaração de autenticidade em documentos nos autos do processo judicial ou administrativo. Texto segue para o Senado. ()

Piso de enfermagem

STF começou a julgar recursos relacionados à decisão na ADIn 7.222, que trata do piso salarial da enfermagem. Até agora, o relator, ministro Barroso, juntamente com os ministros Toffoli e Alexandre de Moraes, votaram para modificar, em diferentes graus, o acórdão original do Supremo. ()

Reforma da Previdência

STF voltou a julgar ações movidas por entidades ligadas ao funcionalismo público que questionam dispositivos da reforma da previdência de 2019. Até o momento, o relator, ministro Barroso, votou pela

constitucionalidade dos dispositivos. Ministro Fachin abriu divergência e, seguido pela ministra Rosa Weber (aposentada), entendeu inconstitucionais trechos de parágrafos adicionados pela reforma ao art. 149 da CF. ()

Direito autoral

STF decide se cabe a Justiça estadual ou Federal a competência para processar e julgar crime de violação de **direito** autoral de caráter transnacional. Até o momento, votou apenas o ministro Luiz Fux no sentido de reconhecer a competência da Justiça Federal. ()

Lançamento

Amanhã, no Pontão do Lago Sul, em Brasília, às 19h, acontece o lançamento da obra "Direitos e Democracia - 10 anos do Ministro Luís Roberto Barroso no STF" (Editora Fórum - 900p.), coordenada por Aline Osorio, Patrícia Perrone Campos Mello e Luna van Brussel Barroso. Durante o evento, será divulgada, também, a "Revista da AGU", com o título "Dossiê: Dez anos do ministro Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal". ()

Segurança cibernética

CNJ estabelece novas regras para segurança cibernética do Judiciário. Confira. ()

CVM

Fundo de investimentos, detentor de uma extensa carteira de ativos, teria deixado de quitar débitos relativos a honorários advocatícios. Como foram balçadas as tentativas pelo Sisbajud, a juíza do município gaúcho de Rio Grande expediu ofício à CVM para que a entidade tome conhecimento dos eventos e adote as medidas cabíveis. ()

Duas décadas depois...

Chegou ao fim, após 23 anos, um dos processos mais controversos do Judiciário mato-grossense, envolvendo a falência da empresa Olvepar. A decisão que homologou o plano de realização extraordinária de ativos é da juíza Anglizey Solivan de Oliveira, da vara 1ª vara Cível de Falências e Recuperação Judicial de Cuiabá/MT. ()

Vínculo milionário

Ministro Alexandre de Moraes cassou decisão que havia reconhecido vínculo de emprego entre a jornalista Rachel Sheherazade e a emissora SBT. O ministro considerou que o reconhecimento de vínculo contraria as decisões do STF da licitude da terceirização de toda e qualquer atividade-fim. Decisão obrigava emissora a pagar R\$ 8 milhões a Sheherazade. ()

Preconceito racial

Vendedora será indenizada por empresa de cosméticos na qual trabalhava após ser vítima de comentários depreciativos da gerente a respeito de seu cabelo. ()

Preconceito regional

Loja de roupas deverá indenizar vendedora que era chamada pela gerente de "anta nordestina". ()

Concurso

Ministro Alexandre de Moraes suspendeu, liminarmente, concursos da PM/CE que reservaram só 15% das vagas a mulheres. ()

Liberdade de imprensa

Ministro Cristiano Zanin suspendeu decisão da Justiça do Maranhão que havia imposto retirada de conteúdos e retratação ao jornal o Estado de S. Paulo. S. Exa. considerou que existem indícios de violação ao direito constitucional à liberdade de imprensa. ()

Reajustes anulados

TJ/SP manteve sentença que declarou nulos os reajustes de plano de saúde de casal no ano de 2022. Ambos são beneficiários de plano de saúde coletivo e, em 2022, houve majoração de 22% nos valores, bem como reajuste por faixa etária de 131,73%. ()

Falha no rastreador

Juíza de Goiânia/GO determinou que a Apple indenize consumidor que teve o celular furtado e não conseguiu rastreá-lo por meio do aplicativo da marca. Para o magistrado, houve falha no serviço oferecido pela empresa. ()

Desbloqueio

Juíza de Pedro Gomes/MS deferiu tutela de urgência para determinar que o Spotify restabeleça conta de usuário cancelada sem justificativa. Para a magistrada, a empresa deveria ter indicado, ao menos, em que consistiria possível comportamento irregular a justificar o cancelamento. ()

CP

Câmara aprovou o PL 9.930/18, que aumenta a pena para quem registra, sem autorização, a intimidade sexual de alguém. A mesma pena será aplicada a quem usar inteligência artificial para modificar imagem (de foto ou vídeo) para incluir pessoa em cena de nudez, ato sexual ou ato de caráter íntimo. ()

Multa anulada

Juíza do RJ anulou a multa por rescisão antecipada de contrato de aluguel durante a pandemia. Segundo a magistrada, "com as medidas de isolamento social, acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, a obrigação do estabelecimento tornou-se excessivamente onerosa". ()

Nexo de causalidade

TJ/SP decidiu que banco não deve cancelar cobranças a consumidor que alegou ter efetuado compras com o cartão de crédito da empresa, mas não as recebeu. Conforme a decisão, o banco opera como um intermediário de pagamento, não havendo qualquer nexo de causalidade entre o suposto dano ao consumidor e responsabilidade da instituição financeira. ()

EPIs

Empresa indenizará ex-funcionária por não fornecer EPIs para limpeza de banheiro. Ao reformar a sentença, o TRT da 2ª região entendeu que a ex-empregada fez prova da falta de equipamento, portanto, é devida a indenização pela empregadora. ()

Migas

1 - TST - Agropecuária indenizará mãe de vaqueiro morto ao ser atingido por raio. () 2 - TRF da 1ª região - Aposentado não é obrigado a fazer cirurgia para retornar ao trabalho. () 3 - TRT da 12ª região - Empregado será indenizado por banheiro sujo em alojamento superlotado. () 4 - TJ/SP - Aluno discriminado por não ter uniforme será indenizado por escola. ()

Colunas

Direito trabalhista nos negócios

O debate sobre a integração das horas in itinere ao trabalho rural parece não acabar. Nele se misturam correntes interpretativas, inovações legislativas, avanços (para alguns) e retrocessos (para outros). Sobre o tema, veja a análise de Antonio Galvão Peres e Luiz Carlos Amorim Robortella. ()

Previdencialhas

Fábio Zambitte Ibrahim trata da dedutibilidade da PLR de diretores empregados. ()

Leitura Legal

A longevidade é tema da coluna do promotor de Justiça aposentado Eudes Quintino de Oliveira Júnior, que aborda leis garantindo os direitos dos idosos. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Migalhas de peso

- "Estado será obrigado a ofertar tratamento vital a paciente com neoplasia mieloproliferativa crônica", por Evilasio Tenorio (TSA | Tenorio da Silva Advocacia). ()

- "MEI no Brasil: entre a inclusão produtiva e as armadilhas da precarização", por Carlos Alberto Baptista (Sescon-SP). ()

- DF traz bom exemplo no uso de precatórios para renegociação de dívidas", por Pedro Paulo Corino da Fonseca (Corino Advogados) e Mairrana Maia, advogada. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Top Lawyers

No dia 13/12, às 18h30, acontece em SP, no Iulia JK, o lançamento da 7ª edição do consagrado livro "Top Lawyers", dedicado aos mais conceituados escritórios de advocacia do Brasil. Confira os participantes. ()

Debêntures

Tauil & Chequer Advogados assessorou os bancos coordenadores - BTG Pactual, UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., XP Investimentos, Banco Itaú e Banco Votorantim - na

oferta pública de debêntures simples da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no montante total de R\$ 1,9 bi, destinada ao público investidor em geral. ()

CRA Verde

Martinelli Advogados assessorou a Capal na emissão de R\$150 milhões em Certificados de Recebíveis do Agronegócio 100% Verde. ()

Solidariedade

Campanha "Cesta Solidária", iniciativa de abrangência nacional, arrecada até amanhã recursos para compra de cestas básicas. A ação, promovida pelo Instituto Nelson Wilians, braço social da banca Nelson Wilians Advogados, conta com a parceria do G10 Favelas, e faz parte das atividades do "Natal sem Fome". ()

Agradecimento

Migalhas agradece os mimos natalinos enviados a esta redação pelo escritório Andrade Maia Advogados, pelo escritório Gaia Silva Gaede Advogados e pela IDEIAS de Comunicação.

Baú migalheiro

Há 77 anos, em 11 de dezembro de 1946, foi fundada a Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância. É uma agência das Nações Unidas responsável por fornecer recursos humanitários e de desenvolvimento ajuda a crianças em todo o mundo. (Compartilhe)

Sorteio

A obra "Odisseia do Direito Quântico: o desvendar quântico da Lex Animata", de autoria de Ricardo Sayeg (HSLAW), Willis Santiago Guerra Filho e Wagner Balera, busca estabelecer uma ponte entre a lei, a condição humana e a realidade, em uma época

de revolução 5.0, na qual a Inteligência Artificial invade todas as áreas com a proposta mecanizada de eficiência e da alta produtividade. Participe do sorteio! A obra é cortesia dos autores. ()

Novidades

Rita Cortez, sócia do escritório AJS - Cortez & Advogados Associados, participa da mesa de honra no lançamento do livro "Gestão de escritório de advocacia", que acontece amanhã, às 17h, na FIURJ (av. Rio Branco, 277, Centro/RJ). Advogados do escritório Kincaid | Mendes Vianna Advogados Associados elaboraram a 3ª edição da coletânea "Jurisprudência Marítima", que traz mais de 630 decisões das Cortes Brasileiras. A obra coletiva será lançada amanhã, em Santos; e dia 13/12, na capital paulista. sobre os lançamentos por e-mail, Thomson Reuters - Revista dos Tribunais lança a 6ª edição da "RDPEC - Revista de Direito Penal Econômico e Compliance", coordenada por Luciano Anderson da Silva. ()

Migalhíssimas

Ana Paula Oriola de Raeffray, sócia do Raeffray Brugioli Sociedade de Advogados, foi mais uma vez reconhecida como uma das advogadas mais admiradas do Brasil pelo anuário "Análise Advocacia". Ana Paula foi distinguida nas especialidades **Arbitragem**, Contratos Empresariais, Cível, Previdenciário e Regulatório. Na edição 2023/24 do anuário "Análise Advocacia", a banca Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados apareceu em diversas categorias: Fábio Barbalho, Lucas Cherem, Maís Moreno e Wladimir Antônio Ribeiro foram apontados entre os profissionais mais admirados do mercado; e a banca ganhou destaque nas áreas de **Arbitragem**, Concorrencial, Regulatório, Concessões, Construções, Saneamento, Transporte e Logística e Tecnologia. A publicação "Best Lawyers Brazil" apontou novamente os advogados de Araújo e Policastro Advogados como referências em suas áreas

de atuação. Ao todo, dez profissionais foram rankeados: Theodoro Araújo, Décio Policastro, Sylvio Fernando Paes de Barros Jr., Camila Araújo, Tania Mara Ferreira, Bruno L. Peixoto, Fernanda Pereira Leite, Regina Bisson, Ana Lúcia Pinke Ribeiro de Paiva e Fernanda Botinha Nascimento. Advogados do Correa, Porto | Sociedade de Advogados foram reconhecidos na edição 2023/24 do "Best Lawyers Brazil". Jorge Zaninetti foi apontado pelo desempenho em Internacional Trade e Eduardo Correa da Silva pela notável atuação em Tax Law.

Eleição

AASP realizou a eleição para renovação do Terço do Conselho Diretor da Associação, que corresponde a sete conselheiros integrantes da Chapa 1, vencedora do pleito. Confira. ()

Debate

Relações internacionais na América Latina serão debatidas no evento "Soberania nacional e integração regional & Mercosul social", que acontece hoje, às 14h, no IAB. O encontro terá transmissão pelo canal TVIAB no YouTube. ()

Agronegócio

FGV Direito SP (FGV LAW) realiza, amanhã, às 18h, o webinar "Crise no Agronegócio: Instrumentos e ferramentas jurídicas para reestruturação da atividade rural", que serão debatidas as particularidades da recuperação judicial no agronegócio e as melhores estratégias negociais para a reestruturação do setor. Inscreva-se! ()

Processos judiciais

Radar - Gestão para Advogados promove, dia 18/12, das 19 às 22h, ao vivo, a 2ª edição do "Curso de Provisionamento de Processos", ministrado por Samantha Albini. ()

Terceirização

Beatriz Machnick, CEO e fundadora da BM Finance Group, lista cinco vantagens ao terceirizar o financeiro do seu escritório jurídico. Confira! ()

Inovação

Preâmbulo Tech foi reconhecida pelo Innovate Curitiba como uma das empresas mais inovadoras da cidade, pelo comprometimento com a excelência e contribuição para o ecossistema de inovação regional. A Legal tech foi peça importante na premiação que consagrou Curitiba como a cidade mais inteligente do mundo no "World Smart City Awards", em Barcelona. ()

Viva

Sorteio de obra : O premiado com a obra "Processo Civil Questões Controversas em Homenagem ao Professor Olavo de Oliveira Neto" (Editora D'Plácido - 1014p.), coordenada por João Batista Lopes, Maria Elizabeth de Castro Lopes, Mirna Cianci e Gregório Assagra de Almeida, é Dennis Godoy, de Uberlândia/MG. ()

Boas-festas

Migalhas agradece e retribui os carinhos votos de boas-festas recebidos de: Fabio Zambitte, escritório Fabio Zambitte Ibrahim & Associados; Renata Oliveira, escritório Machado Meyer Advogados; Gaia Silva Gaede Advogados; Cruz & Creuz Advogados; Luciana Juhas, da Galeria de Comunicações; José Fonseca Júnior, do Espaço Cultural STJ; Vera Moreira Comunicação; Jeová Aparecido Nascimento Nunes;

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

CE/Jaguaretama

PR/Cruzeiro do Oeste

PR/Sertaneja

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

CartaCapital

"O Brasil e a Opep"

IstoÉ Dinheiro

"O Brasil e a Opep"

Veja

"Tiro pela culatra"

IstoÉ

"Como foi possível se chegar a uma tragédia dessa dimensão?"

The New York Times - EUA

"Forced to flee Gaza and stuck in a bottleneck"

The Washington Post - EUA

"Houthi naval threat grows"

Le Monde - França

"Loi : le gouvernement mis à l'épreuve"

Corriere Della Sera - Itália

"Tensioni sul fondo salva Stati"

Le Figaro - França

"À l'Assemblée nationale, la loi immigration sur un fil"

Clarín - Argentina

"Milei planteó una herencia dramática y advirtió que se vienen tiempos muy duros"

El País - Espanha

"Milei augura en su estreno recortes duros y dolorosos"

Público - Portugal

"Ana Mendes Godinho foi informada dos valores para a Santa Casa Global"

Die Welt - Alemanha

"Migrationskurs der SPD löst neuen Koalitionskonflikt aus"

The Guardian - Inglaterra

"Rival Tory tribes threaten Sunak authority over Reanda scheme"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Milei toma posse, diz que não há dinheiro e anuncia 'tratamento de choque'"

Folha de S.Paulo - São Paulo

Continuação: MIGALHAS nº 5.744

"Milei anuncia choque na economia da Argentina"

O Povo - Ceará

O Globo - Rio de Janeiro

"Mineiração: Dinheiro ganho compensa o risco?"

"Milei assume e corte metade dos ministérios: 'No hay plata'"

Jornal do Commercio - Pernambuco

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais

"Milei assume Argentina com discurso de que 'não há dinheiro'"

"Calor excessivo, água escassa"

Correio Braziliense - Brasília

"Nova onda de calor no país e a agonia do Cerrado"

Zero Hora - Porto Alegre

"Uma mulher é vítima de agressão ou ameaça a cada 10 minutos no RS"

Europa fecha acordo histórico para regulamentação da IA

Com o acordo político, a UE caminha para se tornar a primeira grande potência mundial a promulgar leis que regem a IA. O acordo entre os países do bloco e os membros do Parlamento Europeu foi firmado após quase 15 horas de negociações que se seguiram a um debate de quase 24 horas no dia anterior.

Os dois lados deverão discutir detalhes nos próximos dias, o que poderá mudar a forma da legislação final.

O acordo exige que modelos básicos como ChatGPT e sistemas de IA de uso geral (GPAI, na sigla em inglês) cumpram as obrigações de transparência antes de serem colocados no mercado. Essas obrigações incluem a elaboração de documentação técnica, o cumprimento da legislação da UE em termos de **direitos** autorais e a divulgação de resumos detalhados sobre o conteúdo utilizado nos treinamentos dos modelos.

Os modelos básicos de alto impacto com risco sistêmico terão de realizar avaliações de versões, analisar e mitigar riscos sistêmicos, realizar testes de adversidades, reportar à Comissão Europeia incidentes graves, garantir a segurança cibernética e notificar sobre eficiência energética.

Os GPAI com risco sistêmico podem se basear em códigos de prática para cumprir o novo regulamento.

Sob o acordo, governos só podem utilizar a vigilância biométrica em tempo real em espaços públicos em casos de vítimas de determinados crimes, na prevenção de ameaças presentes ou previsíveis, como ataques terroristas, e na busca de suspeitos de crimes mais graves.

O acordo proíbe manipulação cognitivo-comportamental, eliminação indiscriminada de imagens faciais da **internet** ou de gravações de câ-

meras de segurança, criação de um ranking de pontuação social e sistemas de categorização biométrica para inferir crenças políticas, religiosas, filosóficas, orientação sexual e raça.

Os consumidores teriam sob o acordo o direito de fazer reclamações e receber explicações. As multas por violações devem variar entre 7,5 milhões de euros e 35 milhões de euros.

O grupo empresarial DigitalEurope criticou as regras como mais um ônus para as empresas, além de outra legislação recente.

"Temos um acordo, mas a que custo? Apoiamos totalmente uma abordagem baseada em risco, não na tecnologia em si, mas a tentativa de última hora de regular os modelos de base virou isto de cabeça para baixo", afirmou a diretora-geral Cecilia Bonefeld-Dahl.

O grupo de direitos digitais European Digital Rights também fez críticas.

"É difícil ficar animado com uma lei que, pela primeira vez na União Europeia, tomou medidas para legalizar o reconhecimento facial público ao vivo em todo o bloco", disse a conselheira política sênior, Ella Jakubowska.

"Embora o Parlamento tenha lutado muito para limitar os danos, o pacote global sobre vigilância biométrica e definição de perfis é, na melhor das hipóteses, morno."

A legislação deverá entrar em vigor no início do próximo ano, assim que for ratificada pelas partes formalmente, e ser aplicada dois anos depois.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 7

Marco regulatório | INPI
3, 5

Patentes
3, 5, 7

Propriedade Industrial
3, 11

Entidades
3

Direitos Autorais
10, 12, 19